



**Notas sobre o “Vocabulário Orthographico da
Lingua Portuguesa, precedido das regras
concernentes ás principaes dificuldades
orthographicas da nossa língua”, de Said Ali**

Remarks about the “Vocabulário Orthographico da
Lingua Portuguesa, precedido das regras concernentes
ás principaes dificuldades orthographicas da nossa
língua” by Said Ali

Claudia Pfeiffer*
UNICAMP

Thaís de Araujo da Costa**
UERJ/UFF/UNICAMP

Vanise Medeiros***
UFF

***Resumo:** Lançando nosso olhar sobre o “Vocabulário Orthographico da Lingua Portuguesa, precedido das regras concernentes ás principaes dificuldades orthographicas da nossa língua”, de Said Ali, publicado em 1905, observamos o fato discursivo em torno da ausência de referência a essa obra nos estudos que se dedicam à história do conhecimento linguístico-gramatical. Importa-nos refletir sobre essa ausência ao lado de um nome de autor – Said Ali – que faz parte das periodizações, mas a partir de um rol de publicações do qual o Vocabulário não é significado como pertencente. Como pesquisadoras inscritas na História das Ideias Linguísticas, filiadas à Análise de Discurso Materialista, nos movimentamos em torno da compreensão do que interdita a disciplinarização do Vocabulário em nossa história.*

Nesse percurso, que se abre para novas investidas, demos a ver algumas tensões, equivocidades e contradições em diferentes ordens que se entrelaçam, se enredam, se tecem no fio do discurso inscrito no Vocabulário.

Palavras-chave: *Vocabulários Ortográficos, Said Ali, Disciplinarização, História das Ideias Linguísticas.*

Abstract: *Casting our look on the “Vocabulario Orthographico da Lingua Portuguesa, precedido das regras concernentes às principaes difficuldades orthographicas da nossa lingua”, by Said Ali, published in 1905, we observe the discursive fact around the absence of reference to this work in the studies that are dedicated to the history of linguistic-grammatical knowledge. It is important for us to reflect on this absence beside an author’s name – Said Ali – which is part of the periodizations, but from a list of publications from which the Vocabulário is not meant as belonging. As researchers enrolled in the History of the Linguistics Ideas, linked to the Materialist Discourse Analysis, we have been moving around the understanding of which prohibits the disciplinarization of the Vocabulário in our history. In this journey, which opens up to new onslaughts, we have seen some tensions, equivocities and contradictions in different orders that interlace, entangle, weave each other in the thread of the discourse inscribed in the Vocabulário.*

Keywords: *Orthographic Vocabularies, Said Ali, Disciplinarization, History of Linguistic Ideas.*

Quand une langue se pose comme fixée et excellente, il est bien difficile de lui reconnaître la possibilité de changer¹. (COLLINOT; MAZIÈRE, 1997, p. 39)

Introdução

Orlandi (2009), retomando as reflexões de Auroux ([1992] 2009), afirma que não é incomum que gramáticos produzam publicações que,

embora não nomeadas de gramáticas, funcionam como instrumentos linguísticos², que, “trabalhando, na descrição e na análise de fatos da língua, vão criando o espaço de visibilidade da hiperlíngua” (ORLANDI, 2009, p. 36). Esse é, pois, o caso de Said Ali, a cuja gramaticografia³ se somam diversos outros textos, como aqueles em que se debruça sobre a questão ortográfica. À luz da perspectiva discursiva da História das Ideias Linguísticas, voltaremos nosso olhar especificamente para um deles, qual seja: o *Vocabulário Orthographico da Lingua Portuguesa, precedido das regras concernentes ás principaes difficuldades orthographicas da nossa língua*, publicado em 1905, colocando-o – sempre que se fizer necessário – em relação a outros textos filiados a esse nome de autor.

De acordo com o filólogo e tradutor tcheco-eslovaco Zdenek Hampejs (1961, p. 194), em estudo realizado na década de 1960 por ocasião da sua passagem como professor de Filologia Românica pela então Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ), o *Vocabulário* foi o primeiro livro filológico de Said Ali e teve por objetivo “pôr ordem na ortografia existente”, sugerindo, “sobretudo, a [sua] simplificação (...), isto é, a supressão de letras nulas e a substituição dos chamados grupos gregos por letras mais conformes a pronúncia”. Apesar disso, existe de um modo geral, nos estudos que se dedicam à história do conhecimento linguístico-gramatical no/do Brasil, um silenciamento em relação a essa obra. Esse é o caso, por exemplo, de quatro periodizações dos estudos sobre a língua portuguesa publicadas em diferentes momentos e a partir de distintas filiações teóricas por brasileiros, a saber: Nascentes (1939 [2003]), Elia (1963 [1975]), Guimarães (1996 [2004]) e Cavaliere (2001).

Diante dessa ausência, fomos instadas a refletir sobre os seus efeitos ao lado de um nome de autor que faz parte das periodizações, mas a partir de um rol de publicações de que o *Vocabulário* não é significado como pertencente. E isso mesmo em periodizações dedicadas a fazer especificamente uma história da ortografia da língua no/do Brasil, como Azeredo (2009) e Henriques (2015). Posto isso, impôs-se, de início, à nossa reflexão uma questão: quais são as condições de produção que, na relação com o conhecimento sobre a língua no/do Brasil, fazem com que o *Vocabulário* de Said Ali não seja significado como referência nem no momento da sua publicação, nem posteriormente ou, em outras

palavras, por que esse instrumento não se disciplinariza na história do conhecimento linguístico-gramatical?

Não se trata de responder aqui a essa pergunta, mas de colocá-la em cena, já que traz à baila a tensão entre se disciplinarizar em uma história do conhecimento e não se disciplinarizar. Tensão que se dá em meio a outras de que fomos nos apercebendo no ir-e-vir frente a formulações de Said Ali no *Vocabulário* e em outras obras e dizeres de/sobre Said Ali. Tensões presentes que tocam e não tocam diretamente nossa questão de fundo sobre a disciplinarização do *Vocabulário*, como, por exemplo, tensões entre um cá (Brasil) e um lá (Portugal); entre uma filiação etimológica e uma outra foneticista; entre a simplificação ortográfica e a grafia etimológica; entre a prescrição e a descrição; entre regras e exceções; entre a oralidade e a escrita; entre o culto e o popular, entre a unidade e a especificidade; e, finalmente, entre, de um lado, um dizer sobre a língua que, apesar de constituído como um instrumento linguístico, não se discursiviza, na relação com a dimensão nacional da língua, enquanto um acontecimento linguístico e, de outro, um nome de autor a que se filiam outras discursividades que o inscreveram na história das ideias linguísticas no/do Brasil.

Com vistas a refletir sobre parte dessas tensões, nos debruçaremos em três pontos de ancoragem por intermédio dos quais adentramos na discursividade do *Vocabulário* em meio a uma trajetória de dizeres sobre a língua.

1. A (orto)grafia em cena nos estudos da linguagem

Orlandi ressalta a incompletude constitutiva de todo dizer quando aponta a sua relação fundante com o não dizer. O não dito, conforme a autora, pode ser de diferentes naturezas:

o que não está dito mas que, de certa forma, sustenta o que está dito; o que está suposto para que se entenda o que está dito; aquilo a que o que está dito se opõe; outras maneiras diferentes de se dizer o que se disse e que significa com nuances distintas etc. (ORLANDI, 2012, p. 13)

Há relações entre sentidos (e sujeitos) que estabelecem o que “um texto diz e o que ele não diz, mas que poderia dizer, e (...) o que ele diz e o que outros textos dizem”. Tais relações é o que atesta a intertextualidade – relação de um texto com outros textos existentes, possíveis ou imaginários – e também a interdiscursividade – a relação de um discurso com outros discursos, a qual pode se dar de diferentes formas. Assim, considerando o texto como lugar de dispersão de discursos, a autora entende que saber ler, visto que “o(s) sentido(s) de um texto passa(m) pela relação dele com outros textos”, implica “saber o que o texto diz e o que ele não diz, mas o constitui significativamente” (ibid., loc. cit.).

Tomando essa compreensão de Orlandi como norteadora do gesto de leitura aqui empreendido e considerando ainda, como postula Aurox ([1992] 2009, p. 12), que, “sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber”, organizamos o quadro 1, mais adiante, no qual destacamos alguns acontecimentos/textos que buscaremos historicizar adiante a fim de que possamos (re)inscrever a obra que elegemos como materialidade de análise nas discussões travadas no final do século XIX e início do século XX.

Antes, contudo, uma ressalva. Muitas vezes, os vocabulários, enquanto tipo de obra, são caracterizados como listagem de palavras. Tal assertiva, no entanto, não daria conta de todo e qualquer vocabulário, sobretudo daqueles que vêm adjetivados por *ortográfico*, como este de Said Ali. Há nesse adjetivo uma série de implicações e efeitos que o retira da ordem de uma simples listagem e que o diferencia de outros vocabulários sem tal especificidade. Um vocabulário ortográfico incide sobre a grafia, focaliza a letra a ser grafada e a impõe como escrita. Nele e com ele, está em jogo, portanto, o modo como se deve escrever; a correção/adequação da escrita a partir da letra apropriada, precisa. No caso do *Vocabulário* de Said Ali, há ainda uma seção intitulada “Regras Orthographicas” (com 20 páginas) entre a “Introdução” e a lista de palavras que compõe o corpo da obra, no qual aparecem notas de rodapé em que as chamadas regras ortográficas também se fazem presentes. Assim, letra e escrita se embaralham na *instrumentação* da língua a partir de tal vocabulário.

Quanto a isso, lembremos o que pontuam Blanche-Benveniste e Chervel (1969), que, pensando a escrita do francês, explicam que essa

se define pela combinação de dois elementos notadamente distintos: um alfabeto dito latino e uma ortografia, que nada mais é que a utilização específica desse alfabeto com a notação do francês. Os autores esclarecem ainda que o termo alfabeto designa em princípio somente a lista de um certo número de signos, com suas variantes (maiúsculas, minúsculas, impressa, cursiva etc.) e uma ordem de recitação, sem considerar, contudo, a relação entre signo e som, de modo que povos diferentes podem legitimamente utilizar o alfabeto latino atribuindo aos seus caracteres diferentes valores. Essa, todavia, não é uma particularidade da língua francesa, que, conforme os autores, desviou boa parte dos signos latinos da sua “vocalização” fonética de origem, mas também da língua portuguesa (e de outras) – fato que ganha distintas nuances se consideramos os diversos processos político-históricos pelos quais essas línguas se in(e)screveram em diferentes territórios.

Sobre essa “origem” inscrita na determinação do substantivo “alfabeto” pelo adjetivo “latino”, Blanche-Benveniste e Chervel (ibid., p. 15) destacam ainda o seu “caráter completamente aproximativo”. Para eles, deve-se admitir que, se é válido falar para o francês de um “alfabeto latino”, é preciso igualmente reconhecer que o latim tinha um alfabeto grego (de tipo ocidental) e que, sem dúvida, o grego tinha um alfabeto fenício. Dessa maneira, se a reflexão dos autores nos coloca a historicidade da relação entre escrita-letra-ortografia, coloca-nos também, ao pontuar o “caráter completamente aproximativo da expressão ‘alfabeto latino’”, o tenso imbricamento que se dá entre os elementos dessa relação e a realização de uma dada língua no plano fonético/fonológico. Logo, cumpre ressaltar que, ao considerarmos que um vocabulário ortográfico impõe uma dada letra/escrita para uma certa língua, esta não é sem historicidade e, por conseguinte, sem tensões e contradições. Construir um vocabulário é um gesto sobre a língua que não escapa de uma memória de língua e da(s) língua(s) com as divisões e disjunções sociais que constituem sua produção. Não podemos esquecer também que um vocabulário ortográfico advém de outros vocabulários, de dicionários, da literatura e mesmo da oralidade, ou seja, que ele, assim como outros instrumentos linguísticos, se inscreve, seja por meio da repetição, do deslocamento ou da ruptura, numa memória de dizeres *sobre* a língua, no caso em tela, mais

especificamente, sobre a ortografia da língua chamada portuguesa no espaço-tempo de enunciação brasileiro.

Dito isto, faz-se preciso recordar que, em 1905, ano de publicação do *Vocabulário* de Said Ali, já era de longa data em Portugal a tradição de publicação de obras que se dedicavam à questão ortográfica. É de 1576 a primeira edição de *Orthographia da lingoa portuguesa*, de Duarte Nunes de Leão. A primeira obra intitulada de *vocabulário*, porém, de acordo com o site da Academia das Ciências de Lisboa⁴, foi publicada no Brasil em 1853. Trata-se do *Vocabulario brasileiro para servir de complemento aos dictionarios da lingua portugueza*, de Braz da Costa Rubim. Depois do vocabulário de Rubim e antes do de Said Ali, apenas mais um foi publicado no país recém-independente: o *Consultor popular da lingua portugueza, contendo um vocabulario orthographico com mais de 4,000 termos*, de Renato Sêneca Fleury, cuja primeira edição o site da referida Academia indica como de datação provável de 1870. A obra de Said Ali foi, portanto, a terceira do gênero publicada em solo nacional e justamente em um momento em que a questão ortográfica se colocava fortemente tanto em Portugal quanto no Brasil, o que torna ainda mais curioso o seu silenciamento na história do conhecimento linguístico-gramatical. Vejamos o Quadro 1.

Quadro 1 – Horizonte de retrospecção e de projeção do *Vocabulário* de Said Ali⁵

ANO	LOCAL	AUTOR	OBRA
1853	BRASIL	Braz da Costa Rubim	<i>Vocabulario brasileiro para servir de complemento aos dictionarios da lingua portugueza</i>
1868	PORTUGAL	Adolfo Coelho	<i>A lingua portugueza: phonologia, etymologia, morphologia e syntaxe</i>
1870?	BRASIL	Renato Sêneca Fleury	<i>Consultor popular da lingua portugueza, contendo um vocabulario orthographico com mais de 4,000 ternos</i>
1885	PORTUGAL	Gonçalves Vianna e Guilherme de Abreu	<i>Bases da ortografia portugueza</i>

1888	PARIS, FRANÇA	Paul Passy/ Associação Fonética Internacional (AFI - 1886)	<i>Alfabeto fonético internacional (Primeiro esboço)</i>
1896	BRASIL	M. Said Ali	<i>O ensino secundário na Europa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896.</i>
1897	BRASIL	Academia Brasileira de Letras (ABL - 1897)	<i>Discussão sobre a grafia da palavra Brasil/Brazil</i>
1898	BRASIL	M. Said Ali	<i>“Questões Orthographicas” - Revista Brasileira.</i>
1900	PARIS, FRANÇA	Paul Passy/ AFI	<i>Primeiro quadro do IPA</i>
1901	BRASIL	ABL	<i>Estabelecimento da 1ª comissão, constituída por Medeiros e Albuquerque. Silva Ramos e José Veríssimo, responsável por estabelecer as regras ortográficas.</i>
1904	PORTUGAL	Gonçalves Vianna	<i>Ortografia nacional: simplificação e uniformização sistemática das ortografias portuguesas</i>
1904	PARIS, FRANÇA	Paul Passy/ AFI	<i>Segundo quadro do IPA</i>
1905	BRASIL	M. Said Ali	<i>Vocabulário orthographico precedido das regras concernentes ás principaes difficuldades orthographicas da nossa língua</i>
1906	BRASIL	ABL	<i>Estabelecimento da 2ª comissão, constituída por João Ribeiro, José Veríssimo e Silva Ramos, responsável por estabelecer as regras ortográficas</i>
1907	BRASIL	ABL	<i>Aprovação da Reforma ortográfica na ABL em</i>

			<i>17/8/1907 e oficialização pelo Ministro da Justiça Augusto Tavares de Lira em 11/9/1907, embora na prática esse ato ministerial nunca tenha sido cumprido.</i>
1908	BRASIL	M. Said Ali	Nomes próprios geográficos. In: <i>Difficuldades da Língua Portuguesa.</i>
1909	PORTUGAL	Gonçalves Vianna	<i>Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa</i>
1911	PORTUGAL	Governo português/ Comissão de filólogos portugueses	<i>Formulário ortográfico</i>
1912	PORTUGAL	Gonçalves Vianna	<i>Vocabulário Ortográfico e remissivo da Língua Portuguesa</i>
1912	PARIS, FRANÇA	Paul Passy/ AFI	<i>Terceiro quadro do IPA</i>
1915	BRASIL	ABL	<i>Adoção da norma ortográfica portuguesa – Formulário de 1911.</i>
1931	BRASIL	Governo Brasileiro	<i>Oficialização da ortografia simplificada no Brasil por meio de Acordo firmado entre a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras, com a aprovação de ambos os governos.</i>

Fonte: Elaboração autoral

Henriques (2015, p. 25) considera, em sua periodização da história da ortografia da língua portuguesa, *A língua portuguesa: phonologia, etymologia, morphologia e syntaxe*, obra de 1868 do português Adolfo Coelho, como “o pioneiro dos estudos com base científica” por estabelecer uma nova visão a respeito da questão. Mas, assim como em Azeredo (2009), a obra de 1904 intitulada *Ortografia nacional: simplificação e uniformização sistemática das ortografias portuguesas*, do também português Aniceto dos Reis Gonçalves Vianna, é

significada como o marco que assinala a passagem do período pseudoetimológico para o período atual, nomeado histórico-científico, no dizer do primeiro (HENRIQUES, 2015), ou fase simplificada, no dizer do segundo (AZEREDO, 2009).

Nas duas periodizações, o chamado período pseudoetimológico, como marca na língua o prefixo grego *pseudo-*, é significado pejorativamente. Segundo Azeredo (ibid.), sob determinação do pensamento renascentista, elegeu-se a grafia do latim como modelo da escrita do português, o que, além de tornar a escrita mais difícil, teria feito com que fossem fixadas grafias errôneas para algumas palavras. Esses sentidos de complicação e erro também comparecem em Henriques (2015, p. 24-25), para quem tais estudos “não eram dos mais sólidos”, já que “propunham uma ortografia pretensiosa e cheia de complicações inúteis”, que, “sob o pretexto de ser etimológica, (...) estava repleta de formas equivocadas, contrariando a etimologia e a evolução da língua”.

Do mesmo modo, em ambas as periodizações, filia-se um imaginário de cientificidade e simplificação ao período seguinte, que se diz ter sido inaugurado pela obra de Gonçalves Vianna por se entender que nela se “desenvolve uma análise da história interna da língua e [se] estuda suas tendências fonéticas” (AZEREDO, 2009, p. 18). Seus quatro princípios norteadores, todavia, conforme Henriques (2015, p. 25), já se encontravam em *Bases da ortografia portuguesa*, obra de 1885 publicada em coautoria com Guilherme de Abreu, na qual os autores rejeitam as chamadas “ortografias individuais” em prol da adoção de uma “ortografia portuguesa” (VIANNA; ABREU, 1885, p. 3). São eles:

- 1) proscrição absoluta e incondicional de todos os símbolos de etimologia grega: th, ph, ch (= [k]), rh e y;
- 2) redução das consoantes dobradas e singelas, com exceção de rr, ss mediais, que têm valores peculiares;
- 3) eliminação de consoantes nulas que não influam na pronúncia da vogal precedente;
- 4) regularização da acentuação gráfica. (HENRIQUES, 2015, p. 25)

Como vimos na seção anterior, de acordo com Hampejs (1961, p. 194), o objetivo do *Vocabulário* de Said Ali estaria em consonância com os princípios norteadores da proposta de Gonçalves Vianna, já que, visando à simplificação ortográfica, sugeriria “a supressão de letras nulas e a substituição dos chamados grupos gregos por letras mais conformes a pronúncia”. Porém, desde o seu título – *Vocabulário Orthographico da Lingua Portuguesa, precedido das regras concernentes ás principaes dificuldades orthographicas da nossa língua* –, esse sentido de aliança é colocado em xeque, visto que nele comparecem não só símbolos de etimologia grega (*th*, *ph*) como letras germinadas (*ff*).

Buscando compreender como se dá essa tensão quanto ao que se toma por simplificação no *Vocabulário* de Said Ali, recorreremos à sua Introdução da qual recortamos a sequência a seguir:

Baseia-se este vocabulario no modo de escrever seguido hoje pela maioria das pessoas cultas. Onde porem, entre essas mesmas pessoas, tem reinado divergencias manifestas, incoherencias por demais palpaveis, e onde, por analogia falsa, se insinuaram letras superfluas ou improprias, regularisa o vocabulario a escripta, tendo em vista a simplificação e uniformisação. (ALI, 1905, p. V)

Diante de tal formulação, questionamos: que efeitos de sentido os significantes “simplificação” e “uniformisação” produzem no dizer de Said Ali e, por conseguinte, como o seu *Vocabulário* se inscreve na memória do discurso ortográfico sobre a língua portuguesa, relacionando-se com as discursividades filiadas ao nome de Gonçalves Vianna?

Quanto a isso, faz-se preciso observar que, embora os significantes “simplificação” e “uniformisação” compareçam em Said Ali e em Gonçalves Vianna, significam diferentemente em cada um. Esse distanciamento de Said Ali até certo ponto da proposta de Vianna comparece de forma explícita no artigo “Nomes próprios geográficos”,

texto publicado na 1ª edição de *Difficuldades da lingua portugueza* no qual lemos:

O problema da simplificação ortográfica apresenta faces múltiplas. Gonçalves Vianna, dispondo de um saber vasto e profundo no terreno da fonética, procurou, paciente e minucioso, resolver todas as questões, ainda as mais subtis, unicamente à luz desse preparo intelectual. Mas no empenho de colocar-se sobranceiro a qualquer critério arbitrário, esqueceu-se que as razões históricas e linguísticas, em que os preceitos devem assentar, não fornecem em sua maioria elementos práticos para um critério ao alcance da generalidade dos que escrevem a nossa língua. Ortografia que exige conhecimentos complexos, próprios de especialistas, de sábios, não é positivamente uma ortografia simples. Fiel a seu sistema e apoiando-se em exemplo camoniano, o autor propõe que se escreva Sintra por Cintra. Isto desrespeita o uso geral e não creio que os portugueses se capacitem da necessidade ou conveniência de mudarem, neste ponto, os seus hábitos. (...) A ortografia facilitada, como a desejamos, não pode desprezar por um só momento a linguagem culta, a pronúncia normal que com tanta proficiência o autor procurou apurar entre os numerosos dialetos. Nem mesmo seria possível uma reforma ortográfica que prestasse homenagem a todos eles (ALI, 1908, p. 144-146).

Há, como podemos observar na sequência acima, uma impossibilidade e uma necessidade que se impõem ao gesto de interpretação de Said Ali e que têm como efeito o seu distanciamento da proposta de Vianna, a saber: a impossibilidade de se contemplar em uma reforma ortográfica todos os dialetos e a necessidade de não desprezar a linguagem culta significada enquanto “pronúncia normal”. Assim, tendo em vista esses sentidos, levantamos uma primeira

hipótese sobre o funcionamento do *Vocabulário* de Said Ali que buscaremos comprovar quando da análise do seu corpo.

Apesar de, em sua introdução, afirmar-se como princípio a simplificação e a uniformização, afirma-se também, como vimos, buscar-se descrever tão somente as regras que, imaginariamente, constituem o que se formula como “modo de escrever seguido hoje pela maioria das pessoas cultas” (ALI, 1905, p. V). Com isso, projeta-se que enunciados prescritivos deverão comparecer apenas quando se considerar haver casos de duplicidade de uso entre essas pessoas, optando-se então, com vistas a regularizar a escrita, pelas formas tomadas como mais simples.

Tais sentidos ressoam no texto de 1908 – no qual, como veremos adiante, se projeta um imaginário de complementaridade em relação ao *Vocabulário* – nas tensões que se colocam entre pronúncia e escrita, entre o que se tem por pronúncia normal e outras pronúncias, entre pessoas consideradas cultas, especialistas/sábios e pessoas não cultas, entre os diferentes “dialetos” que constituiriam uma mesma língua, a portuguesa, e, por fim, entre o que se toma por “ortografia simples” e “ortografia facilitada”. É, pois, nessa tensão que entendemos poder residir, o que a análise poderá nos mostrar, o funcionamento contraditório do *Vocabulário* de Said Ali. Dito de outro modo, a julgar pelo que comparece em sua introdução e no texto de 1908, cremos que a contradição se faz significar justamente na hesitação em prescrever a simplificação de regras mesmo para casos em que se considera que as chamadas pessoas cultas não tropeçam na escrita, afirmando-se optar, em prol da “ortografia facilitada”, pelo uso geral, isto é, generalizado entre essas pessoas. Se assim é, a facilitação ortográfica desejada não é para todos, mas apenas para alguns.

Antes de darmos continuidade ao nosso gesto de análise, devem ser pontuados ainda alguns acontecimentos que, ocorridos daquele e deste lado do oceano entre as publicações da primeira e da segunda obra de Gonçalves Vianna, produziram ressonâncias no *Vocabulário* de Said Ali. Referimo-nos, na Europa, mais especificamente em Paris, sob a liderança do linguista francês Paul Passy, à fundação da Associação Fonética Internacional (AFI), em 1886, e às publicações de um esboço do que viria a ser o alfabeto fonético internacional (da sigla em ing., IPA), em 1888, e do primeiro e do segundo quadros oficiais, em 1900

e 1904. Já no Brasil, referimo-nos à fundação da Academia Brasileira de Letras (ABL) em 1897. O primeiro porque, com a fundação da AFI e com o desenvolvimento do IPA, a distinção entre letra/som/fonema ganha maior visibilidade nos estudos da linguagem⁶; e o segundo porque, como podemos observar no Quadro 1, desde o ano de fundação da ABL, a questão ortográfica é, em suas reuniões, sob a presidência de Machado de Assis, problematizada. Poderíamos mesmo dizer, em outras palavras, que a questão ortográfica começa a ser institucionalizada com a ABL.

Quanto à ABL, observamos que, na Ata da sessão realizada em 11 de janeiro de 1897, a pedido de José Veríssimo, é nomeada uma comissão composta por Araripe Júnior, por Visconde de Taunay e pelo próprio José Veríssimo para emitir parecer a respeito da grafia de Brasil/Brazil⁷: se com s, como este defendia, ou com z, como propunha Capistrano de Abreu⁸. Além disso, em 1901, na sessão de 13 de junho, conforme lê-se em notícia publicada em 15 de junho no *Jornal do Commercio*, “o Sr. Medeiros e Albuquerque propôs que fosse nomeada uma comissão para estabelecer várias regras tendentes a fixar a ortografia que deve a Academia usar em seu Boletim” (apud HENRIQUES, 2001, p. 229). A notícia acrescenta ainda o seguinte comentário: “Agora que a Academia de Ciências de Lisboa está empreendendo o trabalho da reforma da ortografia portuguesa, é muito oportuna a iniciativa da Academia Brasileira” (ibid., loc. cit.).

Devemos aqui recordar que, como comparece em Azeredo (2009) e em Henriques (2015), somente em 1911 uma comissão de filólogos, composta por Leite de Vasconcelos, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Adolfo Coelho, Epifânio Dias, Júlio Moreira, José Joaquim Nunes e outros, foi nomeada pelo governo português para estudar as bases da reforma ortográfica. Essa comissão propôs a adoção, com poucas modificações, do sistema de Gonçalves Vianna – que, como vimos, desde o final do século XIX, vinha se posicionando a respeito daquilo que se significou como uma necessidade de simplificação do sistema ortográfico –, sendo então essa “nova ortografia” oficializada pelo governo português no mesmo ano. Assim, o comentário que comparece na notícia supracitada a respeito da “oportuna” iniciativa da ABL acena, a nosso ver, para o estabelecimento de uma disputa pela língua entre as duas Academias e

as respectivas nações que representam – disputa essa, diga-se, que perduraria por décadas e que sustenta uma memória tensa entre um lá e um cá.

Nas atas das sessões posteriores da ABL, nada é dito sobre o trabalho supostamente desenvolvido pela comissão nomeada em 1901. O tema é retomado apenas em 5 de maio de 1906 – um ano após a publicação do *Vocabulário* de Said Ali –, quando uma segunda comissão, constituída por João Ribeiro, José Veríssimo e Silva Ramos, é “incumbida de propor a reforma ou fixação da ortografia da língua portuguesa” (apud HENRIQUES, 2001, p. 124). Em 12 reuniões, ocorridas ao longo de um ano, foram discutidas as propostas de dois projetos: o primeiro, de Medeiros e Albuquerque, de tendência foneticista; e o segundo, de Salvador de Mendonça, de tendência etimologista.

Ainda de acordo com Henriques (ibid., p. 231-232), a “ortografia da Academia”, como ficou conhecida, foi em 11 de setembro de 1907 oficialmente abonada pelo então Ministro da Justiça Augusto Tavares de Lira como de uso válido nos “exames preparatórios, sem prejuízo da nota de aprovação” – antes, portanto, da reforma portuguesa. No entanto, na prática, segundo o autor, esse ato ministerial nunca foi cumprido e, em 1915, não sem nova polêmica, a Academia decidiu-se por utilizar as regras instituídas, em Portugal, pelo Formulário Ortográfico de 1911. Logo, se, num primeiro momento, observamos uma disputa pela língua entre as Academias e as nações que representam, coloca-se, nas atas das sessões da ABL, uma divisão de outra ordem, a saber, entre perspectivas teóricas concomitantemente em circulação no espaço nacional brasileiro. Assim, estavam, de um lado, conforme Mariani e Souza (1996, p. 86), os conservadores, que “só reconheciam uma abordagem histórica”; e, de outro, os reformistas, que “tentavam conciliar os estudos etimológicos com os fonéticos”, o que nos fez perguntar: como se articulam essas cisões no dizer de Said Ali sobre a ortografia da “nossa língua”?

Por último, cabe assinalar que, independentemente da hegemonia de uma ou de outra perspectiva teórica, como ainda não tinha o respaldo do governo brasileiro, faltava à ABL, como pontuam Mariani e Souza (ibid.), autoridade para se impor nacionalmente – respaldo esse obtido somente em 1931, após Acordo estabelecido com a Academia das

Ciências de Lisboa e endossado pelos governos dos dois países para formulação de “uma ortografia única e simplificada”.

O *Vocabulário* de Said Ali se inscreve, pois, nesse intervalo, tenso, entre a criação da ABL, em que se põe em cena a questão ortográfica a partir da letra do nome do país (e instituir a letra do nome da nação comparece como gesto de atestado de nascimento), e o estabelecimento do acordo ortográfico nos anos 30.

2. Said Ali e a questão ortográfica

Como vemos no Quadro I, a questão ortográfica se impôs a Said Ali desde o final do século XIX. O seu artigo “Questões Orthographicas” foi publicado na *Revista Brasileira* em 1898. Nele, lemos:

Quem é que ainda não se encandalizou com uma palavra orthographicamente errada! Mas porventura teremos nós todos reflectido maduramente sobre a significação dos termos certo e errado em matéria orthographica! Uma coisa, em todo o caso, não é muito difficil de notar: é que, tratando-se de orthographia, os vocábulos certo e errado não têm a mesma precisão que têm quando empregados, por exemplo, com referencia a verdades mathematicas. Aqui, um calculo é certo ou não, por toda a parte e sempre; lá, o que é certo em uma época pôde ser considerado erro em outra, o que é tido como correcto no paiz onde se fala um idioma, pôde ser inadmissível para uma nação que fala lingua differente. (ALI, 1898, p. 148)

No recorte acima, inscrevem-se sentidos que apontam para uma relativização das noções de certo e errado “em matéria orthographica” em função do tempo e do espaço em que uma dada língua é falada, bem como dos sujeitos (a nação) por quem é falada; acena-se para “uma nação que fala lingua diferente” e afirma-se um lugar de autoridade neste dizer (sobre) a língua. Um cá autorizado para escrever sua língua. Mais adiante, a adoção de uma grafia “rigorosamente phonetica” ou “rigorosamente historica” é significada como uma “utopia” (ibid., p. 149)⁹, concluindo-se que “orthographicamente certo é tudo o que está

de accòrdo com o uso estabelecido; e [que] quem se afasta delle escreve errado” (ibid., p. 153). É, pois, o uso que, “por convenção tácita”, determina “as regras estabelecidas”, as quais “zombam da etymologia, como da pronuncia actual” (ibid., loc. cit.). Note-se aqui, diferentemente do que vimos na introdução do *Vocabulário* e no texto de 1908, uma cisão, por um lado, entre escrita e etimologia e, por outro, entre escrita e pronúncia: é o uso estabelecido – e aqui caberia perguntar por quem e para quem – que, por convenção tácita, determina as regras ortográficas. É dessa posição que se argumenta quanto à necessidade de se “procurar fixar a escripta das palavras onde o uso vacilla entre duas ou três fôrmas differentes”, defendendo-se que se deve optar sempre “pelo modo mais simples” e acrescentando-se que – quando houver dúvida entre uma forma mais condizente com a pronúncia corrente e outra com uma pronúncia passada ou etimológica – é “sempre preferível a fôrma para nós mais phonica” (ibid., p. 154-155), sem, no entanto, especificar de quem é a pronúncia que está sendo avaliada ou quem faz parte do “nós” a quem uma determinada pronúncia soa mais fônica do que outras. Por fim, propõe-se ainda que a chamada “orthographia individual” só deverá ser tomada como “decisiva” no caso de nomes próprios de pessoas, notadamente de sobrenomes (ibid., p. 160).

Sobre a noção de erro ortográfico, retomemos aqui mais uma vez as reflexões de Blanche-Benveniste e Chervel (1969, pp. 89-92). De acordo com esses autores, a noção de erro ou falta ortográfica surge com a imposição de uma norma e, por conseguinte, do abandono do que chamam de “iniciativas individuais”. A norma ortográfica, porém, ao mesmo tempo que se estabiliza a partir do seu ensino sistemático, contribui, paradoxalmente, para tornar o conceito de ortografia mais elástico, visto que a sua definição como “maneira de escrever corretamente as palavras de uma língua”, deixa subentendido que é possível escrevê-las “incorretamente”. Há, assim, pressuposta uma margem de tolerância ou faixa de incorreção tomada como aceitável, no interior da qual, embora “mal ortografadas”, as palavras mantêm a sua identidade, ou seja, continuam sendo reconhecidas como palavras daquela língua, porque há entre elas e as formas gráficas canônicas a possibilidade de homofonia. Para além dessa faixa, considera-se que não há mais faltas, mas “aberrações”. Tendo em vista essa constatação,

Blanche-Benveniste e Chervel postulam a existência de dois níveis de limitação ortográfica: a limitação absoluta, que diz respeito ao limite externo dessa faixa de incorreção e que implica a perturbação do sentido do enunciado, e a limitação de luxo, que compreende a forma considerada canônica e aquelas que, não prejudicando a comunicação, são aceitas na faixa de incorreção.

Quanto a isso que se textualiza como “iniciativas individuais” ou “ortografia individual”, cabe mencionar que sentidos de proscrição já compareciam, em 1885, no prefácio de *Bases da Ortografia Portuguesa*, de Vianna e Abreu. Os autores portugueses, no entanto, ao se subjetivarem, inscrevem-se numa posição mais radical do que aquela em que se inscreve Said Ali, defendendo uma “rejeição absoluta de toda ortografia individual, seja quem for o seu autor”, em prol da “adoção de ortografia portuguesa” por “todos nós os Portugueses” (VIANNA; ABREU, 1885, p. 3). Note-se aqui que, do lado de lá do oceano, embora identifiquemos ressonâncias entre os dizeres de Said Ali e os de Vianna e Abreu, estava em jogo, não apenas o espaço, mas, principalmente, a identidade nacional portuguesa (imaginária). Quanto a isso, retomemos os recortes anteriores de Vianna e Abreu (1885, p. 3), nos quais, como vimos, advoga-se em nome de um *todos nós, os portugueses*, que tem como dever *adotar a ortografia portuguesa*, isto é, *a nossa ortografia*. Ao delimitar-se por meio do aposto “os portugueses” o “todos nós”, delimita-se também um “não nós” representado por todos aqueles que, a despeito de terem a língua nomeada portuguesa como oficial, não são portugueses.

Ou seja, diferentemente do que vemos em Said Ali, em que se coloca como determinante da correção ortográfica o uso da língua por determinados sujeitos num dado espaço-tempo, em Vianna e Abreu, a ortografia – e, por meio dela, a língua – é tomada enquanto signo da identidade nacional portuguesa. Note-se ainda que, em Vianna e Abreu, o que se tem por ortografia individual extrapola a alçada do indivíduo comum que deseja registrar seu nome de uma ou de outra forma, como visto em Said Ali, e é significada na relação com gestos de autoria produzidos a partir de lugares de saber (são “autores” numa época em que o acesso à cultura escrita era privilégio de poucos), mas, mesmo nesses casos, a formulação “seja quem for seu autor” aponta para a deslegitimação do gesto produzido em nome da sujeição àquilo que se

propõe como ortografia nacional – donde fica a questão: não sendo o *Vocabulário* de Said Ali uma iniciativa do Estado, teria sido ele significado no espaço de enunciação brasileiro como uma ortografia individual, no sentido que comparece nos autores portugueses? Ou ainda, até que ponto uma iniciativa de autor brasileiro já não seria tomada como da instância da individualidade em contraposição a uma posição posta como não individualizada por ser portuguesa?

Sigamos com o nosso percurso de historicização dos dizeres de Said Ali. Em 1908 – isto é, três anos após a publicação do *Vocabulário* –, a questão ortográfica volta a ser discursivizada em *Difficuldades da Lingua Portuguesa*: observações e estudo. Um diálogo entre aquele e este se inscreve desde o título por meio do significante “difficuldades” e se define no prefácio deste último como uma relação de complementaridade, como depreendemos a partir da sequência a seguir:

Questões de orthographia, assunto palpitante nestes ultimos tempos, não foram aqui contempladas. Na introdução ao meu Vocabulario Orthographico creio haver dito o bastante. Sem desconhecer a conveniencia da simplificação – reforma, a meu ver, exequivel, quando feita lentamente – reduzi ahi a regras praticas o que o uso actual permite e indiquei algumas modificações desejaveis cuja aceitação se poderia esperar em um futuro mais proximo. Só o problema dos nomes proprios geographicos requeria mais esclarecimento: dedica-se-lhe no presente livro um capítulo (ALI, 1908, p. III-IV).

Em função do espaço e dos objetivos deste artigo, não exploraremos de forma mais aprofundada a relação entre essas duas obras. Gostaríamos, contudo, de chamar atenção para o fato de ser a questão ortográfica significada como bb um tema em circulação no espaço de enunciação brasileiro (“assunto palpitante nestes ultimos tempos”); e a discussão proposta no *Vocabulário* como encerrada (“creio haver dito o bastante”), exceto no que toca aos nomes geográficos (“Só o problema dos nomes proprios geographicos requeria mais esclarecimento”) – lacuna esta que se entende com um capítulo do livro em questão ser

preenchida (“dedica-se-lhe no presente livro um capítulo”), projetando-se o efeito de complementaridade que anunciamos anteriormente. Quanto à simplificação ortográfica, ela é tomada como uma “reforma exequível”, mas à sua execução, por meio da oração adverbial “quando feita lentamente”, em que se observa uma amálgama entre os sentidos de tempo e condição, coloca-se um obstáculo: não é possível fazê-la rapidamente.

Assim, a despeito de a simplificação ortográfica ser posta como conveniente (“Sem desconhecer a conveniencia da simplificação”), projeta-se, retrospectivamente, um imaginário de justificativa para a tomada de posição inscrita no *Vocabulário*, instaurando-se uma oposição entre o que se toma como possível ser feito no presente e o que se projeta como possibilidade para um futuro próximo, entre regras práticas legitimadas pelo uso atual prescritas no *Vocabulário* e modificações que, embora desejáveis, foram nele apenas indicadas, esperando-se que fossem também legitimadas no porvir (“reduzi ahi a regras praticas o que o uso actual permite e indiquei algumas modificações desejeaveis cuja aceitação se poderia esperar em um futuro mais proximo”).

Faz-se ainda preciso lembrar aqui o que diz Orlandi (2009) sobre o título da obra de 1908, no qual, como sinalizamos, assim como no subtítulo do *Vocabulário*, comparece o significante “difficultades”. Considerando que o sintagma “difficultades da língua portugueza” é reformulado no corpo da obra como “difficultades da nossa língua”, a autora afirma: “O uso de ‘nossa’ é significativo. Há ‘uma’ língua portuguesa. A língua portuguesa é nossa, mas veremos que as dificuldades são justamente os pontos em que o português e o brasileiro não coincidem. Há diferenças na unidade” (ibid., p. 37). Posto isto, considerando o que diz Orlandi e que o sintagma “nossa língua” também comparece no subtítulo do *Vocabulário*, perguntamos: e no *Vocabulário*? A que se refere o significante “difficultades” e que imaginário de língua projeta?

Até o momento, com nosso movimento de leitura das discursividades sobre ortografia filiadas ao nome de autor Said Ali, depreendemos sentidos que, apesar dos obstáculos, significam a chamada reforma ortográfica, tomada enquanto uma simplificação/uniformização, como necessária. Além disso, como

vimos na seção anterior, no Brasil, do final do século XIX ao início do século XX, essa temática foi pauta de muitas reuniões da Academia Brasileira de Letras. Nas atas das reuniões em que se discutiu a reforma ou a fixação da ortografia nacional, faz-se visível uma disputa – também presente no artigo de Said Ali de 1898 – entre uma perspectiva historicista e outra que buscava a conciliação entre estudos fonéticos e etimológicos. A esta perspectiva, segundo Azeredo (2009), se filiaría a proposta do português Gonçalves Vianna, cuja cientificidade residiria, a seu ver, justamente nessa conciliação. Dessa maneira, um outro questionamento se impôs a nós, a saber: como se relaciona o modo como se diz que se escreve/deve escrever no *Vocabulário* de Said Ali com as teorias linguísticas em circulação nas condições de produção em questão ou, dito de outro modo, que efeitos estas produzem sobre aquele? E mais: como esse modo se relaciona com aquilo que Blanche-Benveniste e Chervel (1969) chamaram de limitação ortográfica, uma vez que no Brasil ainda não estava instituída uma ortografia nacional? Estes são caminhos, assim como tantos outros para os quais acenamos em nossa reflexão, não empreendidos neste artigo, mas que não poderiam não ser indicados como um desejo futuro a investigar.

3. A instauração da letra: entre o lá e o cá da língua

Em estudos recentes, Costa (2020; 2021) flagrou em textos historiográficos a recorrência de um efeito de modernidade filiado ao nome de autor Said Ali. Essa regularidade nos levou a questionar: esse efeito de sentido comparece também no *Vocabulário*? Se sim, como ele se materializa?

É em alguns dos gestos sobre a língua inscritos no *Vocabulário* Ortográfico de Said Ali que iremos agora nos deter a fim de responder a essas questões. Para este fim, cabe lembrar que a listagem de palavras que compõe esta obra é antecedida de duas partes: “Introdução” e “Regras Orthographicas”. Uma introdução que enuncia o problema das “letras superfluas e improprias”, que assinala para a necessidade de uma “simplificação e uniformização” ortográfica, que marca uma posição contrária a um critério etimológico, assim como nos dá a saber de zonas de não equivalência ou mesmo de atrito entre o que ocorre em Portugal e no Brasil. Uma introdução que anuncia regras que

serão expostas com mais vagar na parte que se segue, denominada, como dito anteriormente, “Regras Orthograficas”.

Acerca de um vocabulário ortográfico podemos dizer que instaura uma escrita como sendo aquela a ser usada, seguida. Decorre de outras escritas e, por vezes, da oralidade, embora não de qualquer uma, como é o caso deste em foco. Este é um aspecto interessante: o fato de advir da oralidade e impor a ela o recorte e a (im)pressão da escrita com a letra. Com o *Vocabulário*, a letra é tecida junto a um imaginário de um certo modo de falar (no caso em foco, aquele das pessoas cultas, ilustradas) que retorna num *como-se-falasse-assim* ancorado num *como-se-se-pronunciasse-assim*, ou seja, instaura um *a saber, a escrever e a pronunciar* na construção imaginária de uma partilha de um já-sabido, de um já-lá no falar/pronunciar de todos, afirmando intervir prescritivamente somente em casos em que haja duplicidade de uso ou emprego de letras “impróprias ou supérfluas” por falsa analogia – entende-se – ao grego. Este é um dos movimentos neste *Vocabulário Ortographico* em foco que se faz talvez mais eficaz na medida em que, em um gesto inaugural, filiando-se, conforme Viaro (2001, p. 9), ao Alfabeto Fonético Internacional – cujo primeiro esboço havia sido publicado em 1888, na França –, diferencia som de letra, adotando a anotação de símbolos entre colchetes.

Quanto a isso, vejamos o que nos diz o *Vocabulário*:

Para que não confunda som com letra, vai o symbolo indicativo daquele, nas regras relativas a certas consoantes, sempre colocado entre colchetes []. O som [s] por exemplo é a sibilante dentar forte de laço, lasso, prece, verso; [ʃ] é a chamada chiante de chama, enxó, caixa, encher; [z] a sibilante dental branda de casa, gazeta, aviso, zelo, etc. (ALI, 1905, p. VII, negrito do autor)

Como já dito, um vocabulário ortográfico advém de outros vocabulários, dicionários, da literatura e mesmo da oralidade, quando tomada sob o funcionamento metonímico pela pronúncia como é o caso deste de Said Ali. Nesse sentido, observe-se o que no *Vocabulário* se encontra na parte intitulada *Regras Orthographicas*:

Devemos escrever *ou*, e não *oi*, nos vocabulos *ouro*, *tesouro*, *louro*, *couro*, *agouro*, *douto*, *cenoura*, *louça* e outros analogos, não só por corresponder melhor esta graphia á pronuncia generalisada no Brasil (e usada em Portugal, embora ahi á vezes alterne com *oi*), mas tambem por ser a forma literaria consagrada pela tradição (Camões, Herculano, etc.).

As excepções, de acordo com a nossa pronuncia actual, são raras: *dois*, *noite*, e poucos vocábulos mais. (ALI, 1905, p. 2)¹⁰

Chamamos a atenção para a relação entre pronúncia e literatura que marca a tensão entre o cá e o lá. É a pronúncia no Brasil e a literatura em Portugal que afixam a grafia que se deve adotar. Vejam que estamos na tensão entre um cá marcado pela pronúncia e, por conseguinte, pela oralidade; e um lá marcado pela escrita literária, entretanto não qualquer uma, mas aquela consagrada pela tradição, uma tradição sob a qual funcionam, em processo de metonimização, os nomes de autores Camões e Herculano. Próprio do processo de gramatização da língua portuguesa no Brasil, essa tensão entre o cá e o lá – não assimétrica, pois se dá entre a oralidade do cá e a escrita do lá –, é retomada pela forma material ‘nossa pronuncia actual’, quando relativa às exceções, em que o lá e o cá se embaralham em um processo equívoco e contraditório inscrito no pronome possessivo na 1ª. pessoa do plural, forma material que encarna contraditoriamente a historicização e a universalização da língua portuguesa no Brasil, tal como nos propõem Orlandi e Guimarães (2001).

Essa relação tensa e contraditória entre os processos de historicização (falamos diferente) e universalização (falamos a mesma língua) de que tratam os autores se marca desde o título da obra – *Vocabulario Orthographico da Lingua Portuguesa, precedido das regras concernentes ás principaes dificuldades orthographicas da nossa lingua*. Na unidade encarnada no nome da língua – Língua Portuguesa –, há a dispersão que se marca no pronome possessivo, como já salientamos. Há, assim, uma distinção/indistinção entre o cá e o lá e, portanto, uma (in)distinção de que língua é essa descrita e

prescrita no vocabulário sob os alicerces da escrita literária portuguesa e da pronúncia brasileira.

Quanto a este último fato discursivo, a oralidade que se marca em “pronuncia generalizada no Brasil” também ganha corpo em processos referenciais discursivos que se constroem nessa textualidade. Percorramos alguns recortes que nos permitem a compreensão da direção de sentido dessa pronúncia que cauciona o *Vocabulário*, a qual, como veremos, não é a pronúncia de qualquer brasileiro. Na “Introdução”, nos deparamos logo de início com a seguinte formulação já citada anteriormente:

Baseia-se este vocabulário no modo de escrever seguido hoje pela maioria das **peessoas cultas** (ALI, 1905, p. V, negrito nosso)

A expressão *peessoas cultas* é, em seguida, retomada parafrasticamente por *peessoas ilustradas*, abrindo a tensão na relação com um outro eixo parafrástico: o da pouca instrução, da falta de hábito de escrever, da plebe. Tensão que se dá entre a escrita correta dos livros encerrados em espaços fechados e a escrita errônea da rua que se dá em cartazes e anúncios em geral, como lemos em:

Observação. – Muitas palavras que seguem a regra geral deparam-se-nos frequentemente com z quando figuradas por **peessoas pouco instruidas** ou que **não têm o habito de escrever**. É facil de verificar esta **escripta errônea** nos *precisa-se*, nos *depozito de*, *caza de*, *especifico poderoso*, *rozaz*, *rozarios*, etc. **dos cartazes, taboletas e annuncios em geral**. Ao contrario da tendencia **plebéa**, é entre as **peessoas ilustradas** regra o adoptar a letra *s*, porque, neste ponto, a nossa orthographia foi calcada sobre a escripta do latim clássico, em cujo alfabeto não existe a letra *z* senão para transcrever um som duplo (*ds*) de certos nomes gregos. (ALI, 1905, p. 14, itálico do autor, negritos nosso)

E continuamos a flagrar aquele que tem sua pronúncia ouvida, aquela que ganha grafia mais conforme, no interior da tensão entre o cá e o lá:

Como nas reformas orthographicas de outros idiomas europeus, realizadas ou ultimamente propostas, assim a corrente entre nós, **apoiada por conhecedores da lingua**, vai caminho da simplificação. *Aqui, como em Portugal, letrados e philologos* acham hoje razoavel e propõem a suppressão de letras nullas e substituição dos chamados grupos gregos por letras **mais conformes á nossa pronuncia**. (ALI, 1905, p. VI, negritos nossos)

A pronúncia precisa ser ouvida e quem a ouve são letrados e filólogos. Essa pronúncia ouvida de um determinado lugar é que é significada enquanto língua falada, oralidade brasileira, marcada, como já vimos anteriormente, pelo sintagma equívoco e contraditório “nossa pronuncia”.

Na discursividade do *Vocabulario*, pois, embaralham-se e se distinguem, com regularidade, o cá e o lá, funcionamento muito próprio do processo de gramatização da Língua Portuguesa no Brasil, como também já comentamos. Vejamos mais um flagrante da diferença e da indistinção em funcionamento nessa discursividade:

Desejavel já agora este alijamento de bagagem inutil, servirá mais tarde de ponto de partida para uma reforma orthographica com probabilidades de aceitação geral. **O mesmo exito não creio que aqui possam vir a ter propostas de ultra-mar** no sentido de se mudar ou remodelar a escripta de certas palavras, quer de acordo com **lusitanos falares**, *desconhecidos* e, pode-se dizer, *incomprehensíveis no Brasil*, quer em atenção a subtilezas nimamente eruditas, das quaes não se apuram regras praticas ao alcance do publico em geral. Difficil de presente, **a orthographia portuguesa** se tornaria mais difícil ainda. (ALI, 1905, p. VI, grifos nossos)

(...) ainda que numerosos por vezes [os casos de exceções], traduzem bem um inconveniente da **nossa** orthographia actual, que é representar um mesmo som de diversos modos (ibid., p. VII, **negritos nossos**)

Essa regularidade nos levou a indagar: até que ponto a exposição de distinções em solo brasileiro, mesmo que com a irrupção da indistinção entre um lá e um cá, em um vocabulário ortográfico no início do século interditou sua inscrição na história do conhecimento linguístico-gramatical enquanto uma obra de referência?

Voltemos nosso olhar um pouco mais sobre o fato de que se trata de um vocabulário que apresenta uma parte indicada como regras gramaticais. Ora, um vocabulário que é composto por regras ortográficas já marca uma posição lexicógrafo sobre o modo de escrita, isto é, implica posições frente à letra com que se inscreve a palavra. Não se trata de um levantamento de como se escreve, mas de um gesto de intervenção sobre o modo como se deve escrever. Há regras que são expostas e explicitadas. Estas se voltam para alguns aspectos específicos da língua, como ditongos (ai, au, eu, éu, iu, ou), vogal nasal (ã), terminações (am, -éa, -éia, -eio), uso da letra h, acentos, diferença entre as letras s e z¹¹ no princípio dos vocábulos, no meio e no fim, consoantes ocasionalmente nulas e consoantes dobradas. É nas regras que o retorno à pronúncia se faz notar de forma saliente. É, por exemplo, a pronúncia que serve de argumento para supressão de letras, como se pode observar a seguir nos dois primeiros exemplos do caso das consoantes nulas e do uso da letra h:

Observa-se isto nas gemações (v. o cap. seguinte), em que uma das consoantes é supérflua para a nossa pronúncia, e em vocábulos como *acto*, *acção*, *escripta*, *columna*, *augmentar*, *signal*, *sciencia*, *theatro*, *monarcha*, *rheumatismo*, etc.

Em qualquer desses exemplos, a letra que podia ser suprimida sem affectar a pronúncia, apresenta-se como consoante nulla ou extinta. (ALI, 1905, p. 17)

Em vez de *cç* escrevemos *ç* em *lição*, *satisfação*. Não sendo jamais pronunciado, em nossa língua, um [k] entre o *n* e o *c*, não ha nenhum inconveniente em escrever tambem *função*, *distinção*, *sanção*, *funcionar*, *junção*, etc. (ibid., p. 18)

Não nos ocupamos aqui da letra *h* combinada com outras letras (por exemplo em *lh*, *nh*, *ch*) para indicar sons especiais, e sim do *h*, que se poderia chamar isolado ou independente e cuja supressão não influiria na pronuncia de consoante alguma. (ibid., p. 4)

É ainda a pronúncia que denuncia a variação em solo brasileiro, como se observa na nota da regra de uso do *s* diante de outras consoantes, não sem que se indique a pronúncia “mais correta”:

Escrevem-se unicamente *s* antes de outras consoantes, mas neste caso terá valor phonetico ora surdo, ora sonoro, conforme for surda ou sonora a consoante imediata: *fasto*, *casto*, *cesto*, *lascar*, *risco*, *bisturi*; *pasmo*, *asno*, *resma*, *rasgar*, *bisbilhotar*, *bisnaga*, *Lisboa*, *losna*, etc. (*)

(*) Convem notar que alguns pronunciam respectivamente [s] e [z], porém na boca de outros – e esta pronuncia é tida como a mais correta – soa como [ʃ] e [ʒ] o *s* anteconsonantal. (ALI, 1905, p. 8)

Auroux (1998), em seu livro *La raison, le langage et les normes*, ao tratar de regras e de aprendizagem, nos lembra que “Dans les sociétés occidentales au moins (et probablement ailleurs) l’apprentissage et l’exercice de la parole sont soumis à un système de différents ordres” (ibid., p. 263)¹². Trata-se de um sistema em que jogam diferentes procedimentos de regramento a partir das relações sociais e dos quais também fazem parte os manuais com seus “*ne dites pas..., dites...*” (ibid., loc. cit.). Freitas (2020), lendo Auroux, amplia, a partir de Authier-Revuz (1999), tal processo de regramento, para o que indica como alguns comandos autonímicos, tais como:

Interditório: não se diz *x*; é feio falar *x*;
Substitutivo: não se diz *x*, se diz *y*;
Preferencial: melhor falar *x* do que *y*
Alternativo: você pode também falar *x*;
Modelar: fale *x*; repita *x*;
Designatório: isso se chama *x*, (chame por tal nome).
Inquisitório: o que você quis dizer com *x*? Isso quer dizer que *x*? (FREITAS, 2020, p. 36).

Considerando os comandos acima e analisando sobretudo o funcionamento das regras no *Vocabulário* de Said Ali, diremos que neles atuam especialmente o modelar, de uma certa classe social (das pessoas ilustradas, cf. ALI, 1905, p. 14), e, por vezes, o interditório, quando, por exemplo, é assinalada a variação e indicada a forma correta. Um modelar e um interditório que tensionam uma relação entre o cá, do solo brasileiro, e o lá, do solo português. Posto de outra forma, não se trata de um vocabulário inscrito na ilusão de uma suposta descrição do léxico de uma língua. Ao contrário, desde a introdução até a listagem comparece a tomada de posição do lexicógrafo e do gramático, em relação a outras gramáticas também, frente à língua que diremos, lançando mão de Aurox, modela.

As suas intervenções, contudo, não se restringem ao corpo de regras; elas se encontram no correr do vocabulário com as indicações de gênero (“actor: atriz”; “aloes: aloina”), de derivação (“afan, afanar, afanoso”; “caldeação: caldear, *caldeio*”¹³) e de número (“banal; plural banaes; banalidade”). No *Vocabulário*, marca-se ainda a diferença entre sentidos, por exemplo, “accordar = concordar”; “acordar = despertar” ou “apreçar, dar ‘preço’”; “apressar, dar pressa”, em que a letra, por ser dupla ou não (*c* ou *cc*) ou por ser diversa (*ç* ou *ss*), distingue significados dos pares homófonos. Ou seja, é pela letra que certos sentidos devem se inscrever na escrita, já que a oralidade não assinala tais distinções. Daí a relevância da ortografia sobre os sentidos e sobre a palavra. Daí a luta na letra e com a letra implicar uma tomada de posição frente à língua.

Cabe ainda aqui pontuar que esse sentido de distinção atribuído à escrita gráfica dos chamados pares homófonos viria a comparecer, anos

mais tarde, no *Curso de Linguística Geral*, cuja autoria foi atribuída a Ferdinand de Saussure, como aquilo que se formula enquanto o “valor ideográfico” da palavra. Vejamos:

Lemos de dois modos: a palavra nova ou desconhecida é soletrada letra por letra; abarcamos, porém, a palavra usual e familiar numa vista de olhos, independentemente das letras que a compõem; a imagem dessa palavra adquire para nós um valor ideográfico. Neste caso, a ortografia tradicional pode reclamar seus direitos; é útil distinguir em francês *tant* e *temps*, — *et*, *est* e *ait*, — *du* e *dû*, — *il devait* e *ils devaient* etc. Aspiremos somente a ver a escrita desembaraçada de seus mais grosseiros absurdos; se, no ensino de línguas um alfabeto fonológico pode ser útil, não se deveria generalizar-lhe o emprego. (SAUSSURE, [1916] 1970, p. 44)

Em nosso entender, tal comparecimento, assim como o emprego dos símbolos do IPA, é significativo. Isso porque, na medida em que se configura como sintoma da leitura de estudos em circulação no espaço-tempo europeu, inscreve as ideias linguísticas filiadas ao nome de autor Said Ali sob o signo da modernidade, o que acentua a importância do seu *Vocabulário* nos estudos sobre a língua(gem).

Trata-se de um vocabulário em que se encontram por vezes definições ou explicações; por exemplo, “adir = tomar posse de uma herança; adição”. Nesse jogo da definição, comparece a sinonímia, caso de “cacha (engano)”, “cachão (borbotão)”, “cacheiro (ouriço, cacheiro)”. É interessante notar que, nas definições e explicações, inscreve-se o pré-construído de um já sabido não sabido por todos. Melhor dizendo, no gesto anódino de apresentar a definição/explicação em um vocabulário, cuja característica seria somente a da listagem, instala-se sub-repticiamente um não-dito sobre saberes exibindo uma disjunção nos sentidos ao mesmo tempo que tal disjunção se desfaz na letra.

Há ainda casos, pouquíssimos, em que se captura, na listagem, uma flutuação na escrita – “cais (caes)” – e os casos mais frequentes que se voltam para conjugação de verbos em *-ear*. Estes são muitos, eis alguns:

“alancear, *alanceio*”, “alarde; alardo/ alardear, *alardeio*”; “arear, *areio*”, “arreçar, *arreço*”, “banquetear, *banqueteio*”, “baquear, *baqueio*”, “baratear, barateio” e “caldeação, caldear, *caldeio*”. Para encerrar a lista de verbos com indicação de conjugação, sem, todavia, esgotá-la, citemos ainda, um verbo em -ir: “cahir (eu), *caio, cais, cai caem, cahida*”. Por um lado, é raro assinalar a flutuação na escrita, como é o caso de *cais* e *caes*. Por outro lado, como movimento mais persistente, o que se tem é a insistência na conjugação no presente do indicativo de verbos em -ear¹⁴ e do verbo cair. Em poucas palavras, está em cena uma batalha com a escrita de tais verbos conjugados e com a oralidade. Apresentar sua conjugação resulta em intervir em uma conjugação outra: em modelar a língua (*fale x*) e interditar outras formas de falar (*não fale x*). No caso, dado que um dos imaginários que se cria com e a partir de um vocabulário é o de atestar existência de vocábulos, a conjugação aí exposta deixa entrever, no gesto de interdição, outros modos de dizer, de conjugar tais verbos.

Se anteriormente assinalamos para uma tensão entre um cá, do solo brasileiro, e um lá, do solo português, a listagem do *Vocabulário* permite observar agora uma tensão entre os modos de dizer em solo brasileiro. Posto de outro modo, com o *Vocabulário* podemos observar uma equivocidade. Há *língua portuguesa* no título e há *nossa língua* no subtítulo e no corpo. Por um lado, julgamos que o *nossa* é sintoma das não coincidências entre o lá e o cá. Por outro lado, não podemos deixar de observar que, no título do *Vocabulário*, o *nossa* comparece determinando *dificuldades*. Trata-se, a nosso ver, da contradição constitutiva do processo de gramatização brasileiro em que jogam na língua portuguesa, ao mesmo tempo, a historicização e a universalização: é a mesma língua (e a dificuldade é brasileira); não é a mesma língua (as dificuldades são nossas, assim como é nossa a ortografia, a língua e o saber sobre ela).

4. Por um ponto quase final

Não poderíamos encerrar nosso artigo de outro modo que não o da abertura a indagações, uma vez que estamos diante de um instrumento linguístico que nos surpreende ao mesmo tempo por sua potência e por seu apagamento na história das ideias linguísticas no/do Brasil. Muitas foram as perguntas que se impuseram ao nosso olhar, algumas foram

deixadas ao longo de nosso percurso com a expectativa de serem retomadas em breve.

Nossa pergunta nodal – a saber: o que interdita a disciplinarização do *Vocabulário* em nossa história? – passa, assim, a ser uma indagação norteadora de futuras investidas de pesquisa ao tempo em que já pudemos vislumbrar compreensões que tocam tensões, equívocos e contradições em diferentes ordens que se entrelaçam, se enredam, se tecem no fio do discurso inscrito no *Vocabulário*: da ordem dos processos de legitimação de um poder dizer sobre a língua brasileira; da ordem de filiações quanto ao funcionamento da ortografia; da ordem de uma divisão de classes (pessoas ditas cultas/não cultas) – e uma divisão espacial (rural/urbano) – em que o habitual, o comum, o correto na língua deslizam e se sobrepõem ao culto, à tradição, à escrita enquanto monumento; da ordem da inscrição da tradição na simplificação. Nesse entrelaçamento, pudemos flagrar processos de significação do *Vocabulário* na história dos estudos sobre a língua.

Quanto a isso, devemos ressaltar que constitui um elemento disparador de nossas inquietações o fato de, como vimos, no *Vocabulário*, seja por meio da mobilização de símbolos do IPA, seja por meio de ressonâncias de sentidos em circulação em solo europeu, inscrever-se, tal como em outras obras filiadas ao nome de autor Said Ali, um efeito de modernidade (COSTA, 2020; 2021). Apesar disso, ainda assim há algo que interdita a sua disciplinarização na história do conhecimento linguístico-gramatical no/do Brasil. Relacionada a essa interdição, acreditamos encontrar-se a tensão entre o que faz significar um vocabulário como individual ou como institucionalizado e, portanto, legitimado enquanto representativo da língua de um país – oficial ou nacional.

É assim que, nesse momento, deixamos a abertura para que outros gestos possam na futuridade vir a ser construídos em direção à compreensão dos processos de significação desse fascinante nome de autor que faz história da língua/na língua, na sua relação com o seu *Vocabulário*.

Referências

ALI, M. S. Questões orthographicas. **Revista Brasileira**, 4º ano, tomo XIII, p. 148-162, jan-mar/1898.

- ALI, M. S. **Vocabulário Orthographico da Lingua Portugueza**, precedido das regras concernentes ás principaes difficuldades orthographicas da nossa língua. RJ: Laemmert & comp., 1905.
- ALI, M. S. **Difficuldades da Lingua Portugueza**: estudos e observações. Rio de Janeiro: Laemmert, 1908.
- AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad. Eni P. Orlandi. 2ª. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009 (1992).
- AUROUX, S. **La raison, le langage et les normes**. Paris : PUF, 1998.
- AUTHIER-REVUZ, J. Algumas considerações sobre modalização autonímica e discurso outro. **Letras Hoje**, Porto Alegre, vol. 34, n. 2, p.7-30, 1999.
- AZEREDO, J. C. de. **Escrevendo pela nova ortografia**: como usar as regras do novo acordo ortográfico da língua portuguesa. 3ª ed. RJ: Publifolha, 2009.
- BLANCHE-BENVENISTE, C.; CHERVEL, A. **L'orthographe**. Paris: François Maspero, 1969.
- COSTA, T. de A. da. Dizeres sobre Said Ali. **Porto Das Letras**, 6(5), 173-199, 2020.
- COSTA, T. de A. da. Grammatica historica da lingua portugueza de Said Ali cem anos depois: considerações acerca do movimento de (res)significação de uma obra. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 24, n. 48, p. 61–109, 2021.
- CAVALIERE, R. Uma proposta de periodização dos estudos lingüísticos no Brasil. In: **Alfa**, São Paulo, 45: 49-69, 2001, pp. 49-69.
- COLLINOT, A.; MAZIÈRE, F. **Un prêt à parler** : le dictionnaire. Paris: Puf, 1997.
- DE MAURO, T. (org.). Les notes et commentaires de Tulio de Mauro (1967). In: SAUSSURE, Ferdinand. **Cours de Linguistique Générale**. Édition critique préparée par Tulio de Mauro. Paris: Payot, 2005, pages I à XVIII et 319 à 495.
- ELIA, S. (1963). Os estudos filológicos no Brasil. In: **Ensaio de filologia e linguística**. 2ª ed. refundida e aumentada. Rio de Janeiro, Grifo; Brasília, INL, 1975, pp. 117-176.
- FREITAS, Ronaldo. **Instrumentação linguística em rede**: análise discursiva de dicionários online. Tese UFF 2020.
- GUIMARÃES, E. (1996) “Panorama e periodização” e “Acontecimentos institucionais e estudos do português”. In: **História**

da semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 2004, pp. 23-26; 27-52.

HAMPEJS, Z. Filólogos brasileiros. In: **Boletín de filología**, publicación del Instituto de filología de la Universidad de Chile. TOM O XIII, 1961, pp. 165-234.

HENRIQUES, C. C. **Atas da Academia Brasileira de Letras, presidência Machado de Assis (1896-1908)**. Rio de Janeiro: ABL, 2001.

HENRIQUES, C. C. **A nova ortografia:** o que muda com o novo acordo. RJ: EdUERJ, 2015.

MACIEL, M. **Grammatica Descriptiva da Língua Portuguesa** (1887). 5ª ED. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1914.

MARIANI, Bethania; SOUZA, T. C. C. Reformas Ortográficas Ou Acordos Políticos?. In: ORLANDI, Eni.; GUIMARÃES, Eduardo (Orgs.). **Língua e Cidadania:** o português do Brasil. 1 ed. Campinas: Pontes, 1996.

NASCENTES, A. (1939) A Filologia Portuguesa no Brasil. In: NETO, R. B. (org.). **Estudos filológicos**. Volume Dedicado à memória de Antenor Nascentes. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003, pp. 186-204.

ORLANDI, E. **Língua brasileira e outras histórias:** discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas: Editora RG, 2009.

ORLANDI, E. **Discurso e texto**. 9ª ed. SP: Cortez, 2012.

ORLANDI, E.; GUIMARÃES, E. Formação do espaço de produção linguística: A gramática no Brasil. In: ORLANDI, E. (org.) **História das Ideias Linguísticas:** construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Cárceres, MT: Unemat Editora; Campinas, SP: Pontes, 2001, p. 21-37.

RIBEIRO, João. **Grammatica Portuguesa**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1889.

RIBEIRO, Júlio. **Grammatica Portuguesa**. São Paulo: Typ. De Jorge Seckler, 1881.

RIBEIRO, Júlio. **Grammatica Portuguesa**. 20ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1923.

SAUSSURE, F. (1916) **Curso de Linguística Geral**. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 3ª edição. São Paulo: Editora Cultrix, 1970.

VIANNA, G. A. R.; ABREU, G. de V. **Bases da ortografia portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885.

VIARO, M. E. Quem foi M. Said Ali? In: ALI, M. S. **Gramática Histórica da Língua Portuguesa**. 8ª ed. rev. e amp. por Mário Eduardo Viaro. SP: Companhia Melhoramentos; Brasília, DF: Editora da UNB, 2001, p. 8-10.

Notas

* Pesquisadora (PqB) do Laboratório de Estudos Urbanos (LABEURB/NUDECRI/UNICAMP). Formada em Linguística no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL/UNICAMP), fez seu mestrado e doutorado no Programa de Pós-Graduação em Linguística, do mesmo Instituto, nas áreas da Análise de Discurso e História das Ideias Linguísticas. Suas pesquisas se dão na interface dessas duas áreas junto à do Saber Urbano e Linguagem, trabalhando com Políticas Públicas de Ensino, de Saúde e de Mudanças Climáticas, com a institucionalização da Língua Portuguesa como língua escolar no Brasil e com Divulgação Científica. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0331-9626>. Email: claupfe@gmail.com.

** Professora Adjunta de Língua Portuguesa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pós-doutoranda em História das Ideias Linguísticas no POSLING-UFF, sob a supervisão da Profa. Dra. Vanise Medeiros e membro do Grupo Arquivos de Língua (GAL-UFF), no qual coordena o Arquivos de Saberes Linguísticos (SaberLing/FAPERJ). Também é pesquisadora colaboradora no PPGL-IEL/Unicamp, sob a supervisão da Profa. Dra. Claudia Pfeiffer, e uma das coordenadoras do Laboratório de Estudos em Gramática & Discurso (LabGraDis-UERJ/FAPERJ). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8599-3528>. E-mail: araujo_thais@yahoo.com.br.

*** Professora associada da Universidade Federal Fluminense, graduada em Letras, mestre em Estudos da Linguagem (ambas pela PUC-Rio), doutora em Estudos da Linguagem (UFF), com pós-doutorado pela Sorbonne Nouvelle Paris III. É bolsista do CNPq e Cientista do Nosso Estado (FAPERJ), coordena o Grupo Arquivos de Língua (GAL) e é uma das coordenadoras do Laboratório Arquivos do Sujeito (LAS) da UFF. Atua em Análise de discurso materialista e História das Ideias Linguísticas. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-6998-9377>. E-mail: vanisegm@yahoo.com.br.

¹ Tradução nossa: Quando uma língua se coloca como estabilizada e excelente, é bem difícil de reconhecer nela a possibilidade de mudar.

² Segundo Aurox (2009 [1992], p. 70), os instrumentos linguísticos são tecnologias que prolongam “a fala natural” e dão “acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram juntas na competência de um mesmo locutor”. Para o autor, os pilares dos saberes metalinguísticos são a gramática e o dicionário. A sua reflexão se centra na constatação de que, quando utilizamos um ou outro, o fazemos porque há algo sobre a língua que não sabemos, isto é, um conhecimento linguístico externo à nossa competência ‘natural’. O autor chama atenção, contudo, retomando as reflexões de

Chevalier a respeito da relação entre os exemplos que neles comparecem e o seu público-alvo, para o fato de esses objetos técnicos funcionarem como “‘máquinas’ que fabricam a língua ou ao menos a forma consensual aceita em uma dada época” (AUROUX, 1998, p. 264). Do ponto de vista discursivo, tais instrumentos são considerados, enquanto objetos históricos (ORLANDI, 2001) e discursivos (NUNES, 2006), na relação com a sua exterioridade constitutiva (PFEIFFER, 2015). Daí considerarmos como instrumentos outras materialidades “que concorrem para a formação do imaginário que sustenta a constituição da (unidade da) língua nacional” (ORLANDI, 2001, p. 17). Também em consequência desse posicionamento são o prolongamento e a acessibilidade projetados nos/pelos instrumentos tomados enquanto efeitos: por meio dessas tecnologias, os discursos sobre as línguas, indissociavelmente relacionados à história, à ideologia e ao político, são (re)produzidos e colocados em circulação numa dada formação social, ao mesmo tempo em que a língua, imaginariamente instrumentalizada, se constitui/ é constituída ou fabricada, para retomar o termo de Aroux.

³ Estamos aqui tomando gramaticografia como o conjunto de gramáticas filiadas a esse nome de autor. São três: *Grammatica Elementar da Língua Portuguesa* (1923), *Grammatica Secundária da Língua Portuguesa* (1923) e *Grammatica Historica da Língua Portuguesa* (1931).

⁴ Disponível em: <https://www.volp-acl.pt/index.php/ortografia/textos-academicos/cronologia-bibliografica-dos-vocabularios-ortograficos-da-lingua-portuguesa>. Acesso em: 1 de out. de 2021.

⁵ As obras de/sobre Said Ali que comparecem nesse quadro constituem o Arquivo Said Ali organizado por ocasião da pesquisa de pós-doutorado desenvolvida por Thaís de Araujo da Costa, concomitantemente, na UFF, sob a supervisão de Vanise Medeiros, e na Unicamp, sob a supervisão de Claudia Pfeiffer.

⁶ Essa reflexão, embora tenha ganhado maior visibilidade no século XX, já se dava com ênfase no século XIX, como esclarece Tulio de Mauro em nota explicativa à edição italiana do *Curso de Linguística Geral*. Segundo o linguista italiano, o termo *fonema* foi empregado pela primeira vez, em 1873, pelo foneticista francês Dufriche-Desgenettes, em uma comunicação proferida na Sociedade Linguística de Paris, e foi adotado por Saussure, em 1878, em *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes* (SAUSSURE apud DE MAURO [1967] 2005, p. 433, nota 111). Não podemos ignorar, contudo, como ressaltam Blanche-Benveniste e Chervel (1969, p. 17) que, antes disso, a confusão “entre letra e som, entre o grafado e o falado, entre a escrita e a fala” já era atestada na história da linguística. De acordo com os autores, apesar de o alfabeto inicialmente ter-se fundado numa descrição fonológica, a letra, contemporaneamente, é mais próxima do que entendemos por fonema do que do som. Essa “confusão” teria se dado, a seu ver, justamente em virtude do desenvolvimento por parte da teoria saussuriana, da Escola de Praga, da Glossemática dinamarquesa e da linguística americana de “um aparelho teórico que tornou inútil o recurso aos processos do passado”, assim como do lugar reservado ao estudo da fonética francesa no ensino básico, o que teria promovido a difusão e a naturalização do que chamam de “mentira ortográfica”. Quanto a isso, vejamos o que dizem os autores: “O ensino de língua materna, ainda que cuidadosamente tenha se livrado depois de algumas

décadas de toda a confusão retórica, dispensou [a fonética] de tal modo que deixa na criança a impressão de uma identidade profunda entre língua escrita e língua falada. Há uma certa consciência e um desfasamento, já que ela precisa estudar continuamente grafias bizarras e imprevisíveis: mas se constrói uma “mentalidade linguística” em que a palavra aparece provida de duas faces: a face oral (pronuncia-se [fam]) e uma face escrita (escreve-se *femme*). (...) Incontestavelmente, o que deu origem a esse estado de espírito foi uma pedagogia que é orientada para a escrita e que utiliza incessantemente a escrita. Não se tomou a precaução de dizer à criança: ‘Para ensinar-lhe sua língua, é indispensável desenhar com o giz ou à caneta sinais que não serão uma representação exata da língua que você fala e dos sons que você pronuncia. E você deverá operar cada vez a correção necessária dizendo a si mesmo que a ferramenta está longe de ser perfeita, mas que não há outra’. Se não se adverte a criança sobre essa confusão, é porque essa é uma impossibilidade pedagógica. A ‘mentira ortográfica’ tão denunciada pelos reformistas radicais do século XVIII e do século XIX começa com esse silêncio prudente e inevitável do mestre. Como a clara consciência da palavra não é definitivamente adquirida sem as manipulações da qual ela é objeto nos exercícios escolares, como as duas ‘faces’ da palavra são apresentadas simultaneamente à reflexão do aluno durante esses exercícios, tudo é implementado pelo próprio sistema pedagógico, contra a vontade dos mais lúcidos estudantes, para que fique mascarada no espírito do aluno essa verdade primeira de que a língua é falada antes de escrita, que a prioridade, a anterioridade do oral sobre o escrito é não somente cronológica, para o indivíduo, e histórica, na vida da nação, mas também lógica, e que, devido a isso, é fundante a superioridade do oral sobre a escrita. (...)” (ibid., p. 17-18) [tradução nossa]

⁷ Ver, quanto a isso, GODOY, Thiago do Nascimento. A renomeação do Brasil: a construção de uma identidade nacional pela Ortografia. 2021. 1 recurso online (124 p.) Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/2909>.

⁸ Essa polêmica é comentada por Said Ali no artigo publicado na Revista Brasileira, no qual, considerando o amplo uso e, por isso, a legitimidade das suas formas, conclui: “Resta saber qual das duas acabará por prevalecer definitivamente sobre a outra. O futuro o dirá.” (ALI, 1898, p. 162)

⁹ Quanto a esta última, há ainda um efeito de ridicularização do posicionamento de Julio Ribeiro, que, em sua *Grammatica Portugueza* (1891), teria feito “um esforço felizmente infructifero, para volver o nosso progresso orthographico ao ponto em que poderia ter estado ha muitos seculos” (ALI, 1898, p. 155).

¹⁰ Foi mantida a ortografia da 1ª. Edição.

¹¹ O uso de s e z já havia sido comentado por Said Ali no artigo de 1898. Nesse artigo, referindo-se ao que formulara enquanto “dualismo orthographico” como algo “praticamente desnecessario” por tratar-se “da representação de um som único”, vemos significar-se mais uma vez em seu dizer a disputa entre o que coloca como erudito e popular. De acordo com o autor, são dois os fatores que justificam tal dualismo, a saber: “em primeiro lugar, a tendência geral, ou corrente popular do emprego do z; em segundo lugar, a influencia erudita, que, aceitando em principio essa corrente popular, vem, todavia, reivindicar o uso do s naquelles vocábulos de origem latina que já na lingua-mãe se escreviam com essa letra”. (ALI, 1898, p. 157)

¹² Tradução nossa: Nas sociedades ocidentais ao menos (e provavelmente antes), o aprendizado e o exercício da palavra são submetidos a um sistema de diferentes ordens.

¹³ Itálico do autor.

¹⁴ É interessante observar que, embora esse comparecimento seja uma regularidade no tocante aos verbos terminados em -ear, raramente se dá com os irregulares terminados em -iar. Encontramos "mediar, medeio" e "odiar, odeio", mas a flexão de muitos outros não comparece. Buscando compreender esse funcionamento, consultamos três gramáticas anteriores ao *Vocabulário* de Said Ali: *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro (1881), *Grammatica Portugueza*, de João Ribeiro ([1887] 1889 e 1923); e a *Grammatica Descritiva da Língua Portugueza*, de Maximino Maciel ([1887] 1914). Propostas de sistematização foram encontradas em Julio Ribeiro e Maximino Maciel. Para Ribeiro (1881), os verbos terminados em -iar são regulares, salvo algumas exceções, apresentadas no corpo da gramática que, segundo o autor, seguem o paradigma dos verbos terminados em -ear. São elas: agenciar, ancian, cadenciar, comerciar, mediar, odiar, penitenciar, premiar, remediar e sentenciar. Esse também é o posicionamento de Maciel (1914), para quem são poucos os verbos irregulares terminados em -iar. Curioso é que nesse autor, embora a formulação da regra compareça no corpo da gramática ao lado da que diz respeito aos verbos terminados em -ear, os exemplos destes comparecem no corpo após a regra, mas os daqueles – apenas três, que inclusive já estavam em Júlio Ribeiro, quais sejam: sentenciar, penitenciar e comerciar – comparecem em nota. Já na 3ª edição de João Ribeiro (1889), não há referência aos verbos em -ear e -iar. Uma proposta de sistematização comparece, no entanto, na 20ª edição (1923), que é posterior ao *Vocabulário* de Said Ali. Nela afirma o autor: “a regra por onde é mais fácil acertar é seguir-se a desinência eio, eia nos verbos terminados em ear ou eiar e a desinência io, ia nos verbos terminados em iar. Digam-se, contudo, sempre odeio e premeio por serem de uso” (JOÃO RIBEIRO, 1923, p. 115). Como as duas exceções à regra apontadas em João Ribeiro também já compareciam em Júlio Ribeiro, buscamos o exemplário apresentado em sua gramática e, como dissemos, apenas em mediar e odiar, encontramos a forma flexionada ao lado da forma no infinitivo. Em agenciar, ancian, cadenciar, comerciar, penitenciar, premiar, remediar e sentenciar, não há indicação da forma flexionada; porém, uma outra regularidade se faz significar: essas são formas derivadas de nomes que comparecem no *Vocabulário* de Said Ali ao lado do substantivo cognato. Assim, temos: “agencia, agenciar”; “ancia, ancian”, “cadencia, cadenciar”, “commercio, commerciar”, “penitencia, penitenciar”, “premio, premiar”, “remedio, remediar” e “sentença, sentenciar”. Por fim, resta pontuar que, como vimos com as gramática de Júlio Ribeiro, João Ribeiro e Maximino Maciel, não havia, quando da publicação do *Vocabulário* de Said Ali uma regularidade instituída quanto à flexão das formas verbais terminadas em -iar – fato também comprovado quando comparamos o que dizem as gramáticas consultadas com as formas dos verbos que contemporaneamente são tomadas como modelares no Brasil. Em suma, esses (não) comparecimentos no *Vocabulário* de Said Ali, em nosso entender, filiando-se à posição-sujeito gramático, configuram-se como marcas dessa ainda não estabilização das regras fixadas pelos instrumentos linguísticos.